
NEVES, Ednalva Maciel. *Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco*. São Luís: EDUFMA, 2008. 213 p.

Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará – Brasil

Escrito inicialmente como tese de doutorado, o livro *Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco* é uma reflexão atenta sobre um tema importante na antropologia contemporânea, uma vez que diz respeito a uma espécie de guinada epistemológica na construção do saber no campo e, de algum modo, no ofício dos antropólogos.

Pesquisas junto às sociedades complexas urbano-industriais já fazem parte do *métier* antropológico há bastante tempo, no entanto, cada vez mais, torna-se objeto de interesse dos pesquisadores, mediante o trabalho de campo e o exercício do “estranhamento” metodológico, a tentativa de compreender as categorias de pensamento e as representações de grupos produtores de ciência. Além disso, entender as formas sociais relacionadas às implicações e legitimações de valores e comportamentos, aos jogos políticos (e de poder) e às tensões presentes nos campos de conhecimento estudados mostram-se como questões centrais dessas pesquisas etnográficas, diante dos novos objetos de pesquisa investigados.

É, portanto, no âmbito de uma emergente antropologia da ciência que paulatinamente se consolida no contexto brasileiro, que a etnografia realizada por Ednalva Maciel Neves entre epidemiologistas brasileiros vem somar-se a outros trabalhos produzidos por antropólogos nacionais.

Na obra aqui resenhada, a autora procura dar conta da “categoria risco” como uma questão fundamental no mundo contemporâneo, justamente por tratar-se de “uma formulação cultural relevante” (p. 18), apontando, assim, para as complexidades inerentes ao campo disciplinar da medicina.

Ednalva Neves ressalta as transformações epistemológicas ocorridas no olhar dos epidemiologistas ao longo do tempo no que tange à saúde e ao adoecer humano, mais especificamente às estratégias engendradas pela epidemiologia, enquanto um *corpus* teórico-metodológico que incorpora os “fatores de

risco” em sua perspectiva científica, para dar conta de tais problemáticas em termos de aplicabilidade do conhecimento junto às populações humanas consideradas em situação de risco quanto às condições de vida – poderíamos aqui, fazer referência à qualidade de vida em termos de bem-estar ecológico-social e de saúde. Assim, é sobre a “transfiguração do risco em conceito científico” (p. 19) como “um instrumento da epidemiologia” que a autora se debruça.

A “inquietação” da autora no momento de sua pesquisa residia no fato de tentar “entender como a epidemiologia constrói sua narrativa de risco e os efeitos que ela traz para a vida social contemporânea” (p. 18). Portanto, se as interações entre ciência e cultura são pensadas mediante as “concepções de risco” é porque a autora intenta compreender as sutilezas e complexidades presentes na dinâmica das sociedades ocidentais, especialmente no que concerne à configuração de racionalidades e práticas sociais relativas às formas de apropriação e uso da noção de risco.

Tal noção percebida como modalidade de pensamento e enquanto uma categoria operatória acerca do viver nos tempos atuais, por certo, encontre-se atrelada às concepções do fazer científico que adentram o mundo social e engendram culturas do risco e, a partir daí, a busca de formas seguras e profiláticas de lidar com o fenômeno.

Ao longo dos cinco capítulos que compõem a obra a autora analisa um conjunto de questões fundamentais para pensarmos o exercício médico, nesse caso, o saber-fazer inerente ao conhecimento epidemiológico e suas vicissitudes dentro do que poderíamos chamar aqui de macrocampo da medicina, bem como os seus embates teóricos e metodológicos que atravessam os campos de poder próprios da medicina enquanto ciência, a fim de legitimar-se como um subcampo heurísticamente pertinente, ou seja, o “campo epidemiológico”.

Por outro lado, a sua presença enquanto saber instituído que permeia as práticas culturais cotidianas no corpo das sociedades ocidentais pela via da legitimação da categoria risco, percebida como elemento importante para a compreensão da experiência social e seus dilemas, coloca a racionalização de tais práticas como fundamentais, seja na tentativa de combater os riscos próprios do adoecer quanto à necessidade de manter a saúde das populações, mediante ações relativas ao evitamento dos riscos.

O livro em questão apresenta uma etnografia cuja consistência está colocada não apenas pelo diálogo que a autora estabelece com os interlocutores da pesquisa, mas também pela sua presença na etnografia, como sujeitos que

auxiliaram a delinear a mirada ao tema que a autora refletia à medida que interagiam com eles. Fazer antropologia da ciência implica dialogar com pessoas cujo olhar epistemologicamente situado coloca o “olhar etnográfico” sob suspeita e escrutínio, pois se trata, por certo, de campos de saber em jogo, ou ainda, de perspectivas em interação, tensionadas até certo ponto, no processo de construção da etnografia como experiência de campo que se desdobra na etnografia enquanto texto.

Portanto, como alguém que acompanhou relativamente de perto a trajetória da pesquisa realizada pela autora – afinal, éramos colegas de doutoramento – sei que a etnografia de Ednalva Maciel Neves continha sutilezas metodológicas quando realizava a pesquisa, uma vez que o “estar lá” implicava um diálogo com intelectuais situados em seu campo disciplinar, refletindo sobre os saberes construídos em sua área de conhecimento e acerca do exercício de seu ofício, que lançavam o seu olhar sobre a presença do Outro, nesse caso, a antropóloga realizando o seu ofício de pesquisadora em gabinetes, laboratórios, seminários e salas de conferências, frequentados pelos epidemiologistas com os quais conviveu ao longo do trabalho de campo.

Então, o que é possível perceber é a presença dos epidemiologistas como agentes produtores de saberes e fazeres dentro do campo da ciência médica. A partir de suas falas fica claro que existem duas posições para o exercício da epidemiologia na esfera profissional, situadas, por certo, em posições quase antitéticas.

Existiriam, assim, os “pesquisadores”/“cientistas” mais “teóricos”, legitimados no campo, basicamente devido às suas produções científicas (publicações em revistas importantes da área; presença constante em congressos e simpósios nacionais e internacionais onde divulgam as suas pesquisas), mas também pela pertença a uma instituição de pesquisa respeitada, associada à formação de jovens pesquisadores pela via da formação de grupos de pesquisa; por outro lado, há os que “reproduzem”, ou ainda, aqueles considerados como “práticos”, que aplicariam os saberes produzidos pelos *experts* da área. A partir de tais experiências relativas ao saber-fazer epidemiológico a sociedade incorpora valores e visões de mundo que definem comportamentos e práticas a fim de lidarem com a ideia de risco, pois “os sistemas peritos disponibilizam conhecimentos que são apropriados pelos indivíduos, e constituem a base de comportamentos” (p. 202).

O livro *Antropologia e ciência: uma etnografia do fazer científico na era do risco* é uma obra que todos aqueles que estão interessados em compreender as vicissitudes do fazer científico associado à dinâmica da vida nas sociedades complexas urbano-industriais – quando se trata das estratégias que criam para lidar com o risco no contemporâneo – deveriam ler.